



Conselho da
União Europeia

Bruxelas, 13 de junho de 2019
(OR. en)

10265/19

ENER 330
RELEX 615

NOTA

de:	Secretariado-Geral do Conselho
para:	Conselho
n.º doc. ant.:	9855/1/19 REV 1
Assunto:	Relações externas no domínio da energia - Apresentação pela Comissão - Troca de pontos de vista

Junto se envia, à atenção das delegações, a nota da Presidência sobre relações externas no domínio da energia.

Na reunião do Conselho (Energia) de 25 de junho, a Presidência tenciona proceder a uma troca de opiniões, que acompanhará a apresentação, pela Comissão Europeia, do seu recente relatório sobre **relações externas no domínio da energia**, centrando-se num número limitado de questões primordiais.

A Presidência considera extremamente importante que as atenções continuem a virar-se para os principais parceiros da União Europeia, a saber, África, os EUA, a China e o Mediterrâneo oriental. Além disso, continuar a participar na Comunidade da Energia e modernizar o Tratado da Comunidade da Energia¹, bem como rever o funcionamento e modernizar o Tratado da Carta da Energia², são aspetos que assumem uma importância crucial.

A Presidência recorda que a Comissão integrou as políticas em matéria de transição para energias limpas nos diálogos sobre energia que mantém com países terceiros e organizações regionais ou internacionais, a fim de promover, a nível mundial, a adesão aos princípios subjacentes às políticas e à legislação da UE com vista a impulsionar a transição para energias limpas. Considerou-se também prioritário debater a importância da planificação a longo prazo e o desenvolvimento de estratégias de redução das emissões de gases com efeito de estufa para meados do século, por forma a atingir os objetivos de transição para energias limpas. Uma outra questão sistematicamente abordada pela Comissão prende-se com a utilização mais frequente do euro, sempre que adequado, nas transações ligadas à energia efetuadas com os principais parceiros internacionais (assunto que será discutido ao almoço).

¹ A Comunidade da Energia tem como principais objetivos criar um quadro regulador e comercial estável que permita às Partes Contratantes atrair investimentos, e levar por diante a criação de um espaço de regulação único para o comércio de gás e eletricidade entre a UE e as Partes Contratantes da Comunidade da Energia. Está em curso um processo de reforma destinado a atualizar o Tratado da Comunidade da Energia. Em 2016 e 2018, o Conselho adotou três mandatos de negociação respeitantes a alterações ao TCE, estando a UE a tratar as alterações ao Tratado da Comunidade da Energia como um pacote único. Reforçar as políticas respeitantes à eficiência energética, às energias renováveis e às emissões de gases com efeito de estufa estabelecendo novos objetivos para 2030, a par de um quadro de governação, constituirá o outro desafio que se colocará no futuro próximo.

² *Modernização*: as disposições constantes do Tratado da Carta da Energia (TCE) em matéria de proteção dos investimentos, estabelecidas nos anos noventa, têm de ser harmonizadas com as novas normas instituídas pela abordagem revista da UE em matéria de política de investimento. O Tratado da Carta da Energia modernizado deverá contribuir para aumentar o investimento no setor da energia, instituindo um quadro juridicamente vinculativo, coerente e atualizado que confira segurança jurídica e assegure um elevado nível de proteção dos investimentos. O grande desafio consistirá em harmonizar as disposições do TCE aplicáveis à proteção dos investimentos com as mais recentes normas aplicáveis nessa matéria, facilitando a transição para um sistema energético hipocarbónico, cada vez mais digital e centrado no consumidor. No intuito de encetar as negociações em nome da UE e dos seus Estados-Membros, a Comissão Europeia apresentou, em maio de 2019, uma proposta de mandato a conferir ao Conselho.

Revisão: ao longo do ano de 2019, proceder-se-á também a uma revisão das funções e políticas inerentes ao TCE, juntamente com uma revisão intercalar da atuação do secretário-geral. A UE, o Japão e o Cazaquistão foram nomeados coordenadores desse processo de revisão.

A Presidência propõe que os debates se articulem em torno das seguintes questões:

- Como poderá a UE servir-se dos instrumentos ao seu dispor para garantir que as empresas europeias do setor energético possam contribuir para que se tire o máximo partido do potencial dos mercados de energia africanos, particularmente no que respeita às energias renováveis e ao gás natural?
- Como poderão a UE e os seus Estados-Membros centrar melhor os seus esforços por forma a garantir que haja complementaridade entre o Conselho UE-EUA para a Energia e novas modalidades de colaboração, como a Iniciativa Três Mares (3SI) e a Parceria de Cooperação Transatlântica no domínio da Energia (P-TEC), e com outras iniciativas recentemente lançadas pelos EUA e pelos Estados-Membros da UE?
- No que toca à conectividade, qual será a melhor forma de a UE colaborar com a China no âmbito da iniciativa chinesa "Uma Cintura, Uma Rota" e da Estratégia de Conectividade Euro-Asiática elaborada pela UE?
- No que respeita ao Mediterrâneo oriental, como poderão a UE e os seus Estados-Membros, servindo-se dos diálogos sobre energia e dos canais e instrumentos de colaboração já existentes, como a diplomacia energética, promover na região a defesa do ambiente por forma a que a situação evolua no sentido da redução de riscos?

Informações gerais

África

Apresentada em setembro de 2018, a comunicação sobre a Aliança África-Europa para Investimentos e Empregos Sustentáveis propõe que se aprofundem as relações económicas e comerciais entre a UE e África fomentando os investimentos e reforçando o papel do setor privado. A energia constitui um setor prioritário. A UE tem vindo a apoiar, graças à ajuda ao desenvolvimento, a eletrificação do continente através de reformas das infraestruturas e das disposições regulamentares. Com o Plano de Investimento Externo, tem também apoiado os investimentos do setor privado e desenvolvido o quadro empresarial certo. No âmbito da nova Aliança África-Europa, a Comissão lançou, em novembro de 2018, a plataforma de alto nível de investimentos em energia sustentável. A plataforma congrega intervenientes dos setores público e privado e de instituições financeiras internacionais, bem como representantes do mundo académico e de círculos de reflexão de ambos os continentes, devendo, até ao final de 2019, formular recomendações sobre a alavancagem dos investimentos em energia sustentável em África.

EUA

Os Estados Unidos continuam a ser um aliado fundamental e a cooperação no setor energético, sobretudo no quadro do Conselho UE-EUA para a Energia, constitui um dos domínios de cooperação mais frutuosos no âmbito das relações transatlânticas. Há uma quantidade de áreas de grande interesse mútuo em termos de segurança energética, tecnologias energéticas, digitalização e cibersegurança. A expansão do comércio de GNL a nível transatlântico confere à UE novas oportunidades de aumentar a sua segurança energética graças à diversificação das fontes de abastecimento. Em 2 de maio, a Comissão, juntamente com os Ministérios do Comércio e da Energia dos Estados Unidos, organizou em Bruxelas um evento conjunto de alto nível UE-EUA empresa a empresa consagrado ao setor do GNL, que foi coroado de êxito e reuniu mais de 200 representantes de entidades públicas de ambos os lados do Atlântico e 250 representantes de empresas ligadas ao comércio transatlântico de GNL. A UE e os EUA também cooperam estreitamente em questões relacionadas com a segurança energética, em particular na fase final do Corredor Meridional de Gás, que deverá transportar gás do Azerbaijão para a Itália, e no domínio da segurança energética na Ucrânia. Para além do Conselho UE-EUA para a Energia, os EUA estão a colaborar com uma série de Estados-Membros da UE em iniciativas como a 3SI e a P-TEC (anunciadas pelo secretário norte-americano para a Energia por ocasião da Cimeira 3SI, realizada em Bucareste em setembro de 2018). Os projetos a desenvolver no âmbito da Iniciativa 3SI, incluindo os que se enquadram na Parceria P-TEC, poderão aumentar substancialmente a segurança energética da Europa graças a uma maior conectividade regional e diversificação das fontes de abastecimento. Importa também que a UE e os EUA mantenham a sua unidade transatlântica no que respeita à aplicação de sanções. A Comissão está também a procurar desenvolver uma cooperação trilateral com os EUA e o Japão, parceiro que partilha da mesma visão, sobretudo no que respeita aos setores do GNL e do hidrogénio.

China

A China é um parceiro estratégico da UE na transição para as energias limpas. O diálogo anual UE-China sobre energia norteia a cooperação estabelecida neste setor, enquanto que a recém-lançada plataforma de cooperação UE-China no domínio da energia assegura que esse diálogo seja inteiramente posto em prática. A China é o maior emissor mundial de carbono e, ao mesmo tempo, o maior investidor em energias renováveis e o maior produtor destas energias. A UE congratula-se com o papel da China como um dos principais promotores do Acordo de Paris; no entanto, a China está a apoiar e a construir centrais elétricas a carvão numa série de países (em particular através da sua iniciativa "Uma Cintura, Uma Rota"), designadamente na vizinhança da UE (Balcãs Ocidentais, África), sem ter em conta a sustentabilidade dos seus investimentos. A política da UE, repercutida na comunicação "UE-China – Uma perspetiva estratégica", de 12 de março de 2019, e subscrita pelo Conselho Europeu, segue uma abordagem mais realista, assertiva e multifacetada. Embora a China continue a ser um "parceiro de cooperação" no quadro da transição para as energias limpas, é também um "parceiro de negociação" com o qual a UE precisa de encontrar um equilíbrio de interesses, um "concorrente económico" na procura da liderança no plano tecnológico e um "rival sistémico" que promove modelos de governação alternativos. Na sequência dos construtivos debates a que se assistiu na 8.ª reunião do diálogo anual UE-China sobre energia, realizada em Bruxelas no passado mês de abril, e do lançamento, em meados de maio, da plataforma de cooperação UE-China no domínio da energia, que funcionará durante três anos, a UE deverá continuar a colaborar com a China no plano energético, centrando-se particularmente na reciprocidade de acesso ao mercado, e a utilizar a plataforma para criar oportunidades de cooperação benéfica para ambas as partes.

Corredor de gás do Mediterrâneo oriental

O desenvolvimento de plataformas de gás no Mediterrâneo constitui um dos eixos centrais da política de diversificação prosseguida pela União da Energia. Face às recentes – e futuras – importantes descobertas de jazidas de gás (Egito, Israel, Chipre e, provavelmente, Líbano) e atendendo a que uma parte substancial desses depósitos será exportada, o Mediterrâneo oriental tornou-se uma fonte de abastecimento importante, segura e fiável numa perspetiva de futuro próximo. A UE apoia firmemente o desenvolvimento da região enquanto plataforma de gás. A Comissão está empenhada em desempenhar o papel de facilitadora no desenvolvimento do setor do gás no Mediterrâneo oriental em termos de apoio político, diplomacia, financiamento de estudos – como, por exemplo, o do gasoduto do Mediterrâneo oriental –, financiamento a seu tempo através das instituições financeiras internacionais e ajuda à criação de um quadro de investimento que leve os investidores a interessarem-se pelo desenvolvimento da região. A Comissão tem também desempenhado um papel determinante ajudando os países a redigir o Acordo Intergovernamental entre Chipre e o Egito sobre a ligação por gasoduto entre os dois países e o Acordo Intergovernamental relativo ao gasoduto do Mediterrâneo oriental.
